

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**DINALVA ROSA NEVES MAURÍCIO  
TURMA XIII**

**GOVERNOS LUPYON E NEY BRAGA: UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

**CURITIBA**

**2011**

**DINALVA ROSA NEVES MAURÍCIO**

**GOVERNOS LUPYON E NEY BRAGA: UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Sociologia Política, como exigência para obtenção do título de Especialista, sob a orientação do Professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

**CURITIBA**

**2011**

**DINALVA ROSA NEVES MAURÍCIO**

**GOVERNOS LUPION E NEY BRAGA: UM ESTUDO  
COMPARATIVO**

Monografia apresentada a Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Sociologia Política, como exigência para obtenção do título de Especialista, sob a orientação do Professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Data de entrega: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

---

---

Aos meus pais, Josias e Rosa, hoje em outra dimensão, pelo valor dado aos meus estudos, ao meu marido, José Luiz, pelo companheirismo, aos meus filhos Luciana, Mariana e Maurício, pelo carinho e ao meu neto, Alexandre, que só me dá alegrias.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor orientador Dr. Ricardo Costa de Oliveira, pelos ensinamentos transmitidos, pela presteza e atenção na orientação deste trabalho.

Aos colegas, em especial a Angélica, pela colaboração na troca de idéias e sugestões de leituras.

**“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. (MARX)**

## RESUMO

O presente trabalho objetiva-se a um estudo comparativo entre as administrações Moysés Lupion e Ney Braga frente ao governo do estado do Paraná. A nossa pesquisa abrange os períodos 1947-51/1956-61, referentes ao primeiro e segundo mandatos de Lupyon e 1961-65/1979-72, cronologia das duas gestões Ney Braga. Deste modo, abordaremos os principais fatos ocorridos na gestão de ambos, sob uma perspectiva sócio-política.

**Palavras-chave:** Política Paranaense, Estado, Redes de Parentesco.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL E LOCAL: BREVE HISTÓRICO.....	10
2 PODER E REDES DE PARENTESCO.....	14
3 GOVERNOS MOYSÉS LUPION E NEY BRAGA.....	18
3.1 GOVERNO LUPION.....	18
3.2 GOVERNO NEY BRAGA.....	20
4 LUPION, NEY BRAGA E A MÁQUINA ESTATAL.....	24
5 CONCLUSÃO.....	26
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

## INTRODUÇÃO

Esta monografia objetiva-se a um estudo comparativo entre as administrações Moysés Lupion e Ney Braga frente ao governo do estado do Paraná. A nossa pesquisa abrange os períodos 1947-51/1956-61, referentes ao primeiro e segundo mandatos de Lupion e 1961-65/1979-82, cronologia das duas gestões Ney Braga. Utilizamos a análise secundária para localizarmos os pontos de convergência e os antagonismos presentes na forma como ambos os gestores conduziram os destinos do Estado.

Sistematizamos o trabalho em quatro capítulos que norteiam a nossa reflexão, sempre embasada na bibliografia estudada.

No primeiro capítulo, traçamos um breve histórico da conjuntura política nacional e local, desde o início da sua formação, passando pelas mudanças políticas, econômicas e sociais, bem como os reflexos dessa conjuntura para o Estado. No segundo capítulo, mostramos as relações de poder que se estabeleceram no Paraná através das interações que se formaram pelas redes de parentesco. O terceiro capítulo trata dos atos e da gestão de cada governo, quando e como governaram. No quarto capítulo, delineamos os pontos em comum e as divergências que se apresentaram no uso da máquina estatal por Lupion e Ney Braga. Nas considerações finais, fazemos uma síntese do legado desses governadores, como cada um deles contribuiu para projetar o Paraná no cenário nacional; ao mesmo tempo que procuramos estabelecer uma relação entre o material pesquisado e a teoria de autores ministrados nas disciplinas do Curso de Especialização em Sociologia Política.

## 1. CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL E LOCAL: BREVE HISTÓRICO

A história do Paraná, como toda história de uma nação, cidade ou estado é a história do seu povo, com as suas lutas, vitórias e derrotas. Numa breve reflexão podemos perguntar quem foram os seus primeiros habitantes, quantas línguas eram faladas, ou como se deu a conquista do território.

Para entendermos a história do rico estado paranaense é necessário conhecermos também as origens do Brasil. Voltando aos primórdios, podemos afirmar que os paranaenses, como os brasileiros, possuem DNA ameríndio em sua raiz de descendência. Os primeiros habitantes do estado foram os tupis guaranis, originários do Estado de Mato Grosso e do Paraguai. Durante a colonização, o sangue ameríndio miscigenou-se com o português, espanhol e o negro.

A conquista territorial, a formação geopolítica do Estado do Paraná foi o resultado de várias lutas. Inicialmente, o mesmo fazia parte da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (antes São Vicente). A Capitania, através da ação dos bandeirantes, incorporou os Estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Foram muitos os ilustres paranaenses que lutaram pela emancipação da antiga Província, desde 1853, conforme narra a escritora, pesquisadora e historiadora Maria Nicolas, em suas obras *Vultos Paranaenses* (1958) e *Cem Anos de Vida Parlamentar : Deputados Provinciais e Estaduais do Paraná* (1954). Dentre muitos, ali citados, destacamos:

**Floriano Bento Vianna** foi um incansável lutador pela criação da Província do Paraná. Nascido em Paranaguá em 1786, era proprietário de fábricas de beneficiamento de arroz, mandioca e cana de açúcar. Abandonou os seus negócios para assentar praça no regimento de milícia do Paraná. Na condição de sargento, apresentou requerimento à Câmara Municipal solicitando um governo provisório. Não foi atendido em seu pedido, mas o seu gesto já demonstrava a insatisfação do paranaense por depender sempre das decisões da corte.

**Francisco de Paula Silva Gomes** nasceu em 04/02/1802 na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Era filho de capitão de ordenanças, boêmio e tropeiro. Viajou pelo sul do Brasil até o Uruguai. Conhecia São Paulo, Rio e Minas. Mudou-se para a corte e se fez jornalista. Pagava as próprias publicações, numa militância pela

emancipação da Quinta Comarca de São Paulo, como era denominado o Paraná. Faleceu, vítima de latrocínio, numa de suas viagens ao sul em 09/04/1832.

**Barão de Antonina**, cujo nome era João da Silva Machado, senador pelo Paraná de 1854 a 1875, redigiu petição ao Ministro do Império, em 30/06/1842, na qual solicitava a elevação da comarca à condição de Província, mas somente em 20/08/1853, com a interferência de Cruz Machado é que o projeto foi aprovado, sendo que em 19/12/1853 instalou-se a Província pelas mãos de Zacharias de Goes..

**Zacharias de Goes**, nascido em Valença na Bahia, em 05/11/1815. O Conselheiro Zacharias de Goes e Vasconcellos foi o primeiro presidente do Paraná, logo após a sua elevação à condição de Província. O seu governo teve a missão de organizar o Estado e dentre as suas obras figuram a criação da Capital, divisão da Província em três comarcas, criação da Companhia de Polícia, reforma da matriz de Curitiba, criação e organização de várias povoações e vilas, reforma das cadeias, criação da primeira autoridade sanitária da província, o vacinador provincial Dr. José Cândido da Silva Muricy. No incremento do setor econômico, deu impulso à indústria ervateira e começou a construção da estrada da Graciosa.

A Professora Maria Nicolas (1954) traz também uma descrição das primeiras instituições importantes, a saber:

**Primeira instalação da Assembléia Provincial do Paraná**, que ocorreu em 12/07/1854 e o seu primeiro presidente foi Joaquim José Pinto Bandeira. A Assembléia Legislativa do Paraná funcionou desde a sua fundação até 1930. Reiniciou as suas atividades em 1935 e parou em 1937 devido ao golpe de Estado. A Assembléia foi substituída pelo Conselho Consultivo até 1947. Em 12.03.1947 foi realizada a primeira sessão preparatória da Assembléia, já no restabelecimento do regime democrático.

**O primeiro Jornal Paranaense**, intitulado “19 de Dezembro”, circulou pela primeira vez em 01/04/1854. O presidente Zacharias mandou vir da corte o tipógrafo Cândido Martins Lopes. A oficina tipográfica foi transportada pela serra do mar no lombo de cavalos. O “19 de Dezembro” circulou de 1854 a 1890.

O Estado do Paraná, na condição de província, devia obediência estrita ao regime monárquico e, somente após a proclamação da República é que foi elevado à categoria de Estado. Em 1889, quando o Marechal Deodoro da Fonseca instalou o regime republicano no Brasil, quem estava na presidência do Paraná era o paranaense Jesuíno Marcondes.

Conforme demonstrado na Introdução de Samuel Guimarães da Costa, à obra de David Carneiro e Túlio Vargas (1994, p.03), até aquele momento, ainda não havia no Estado um Partido Republicano, mas já existiam simpatizantes e defensores do novo regime político. Paranaguá, Curitiba e algumas cidades contavam com os clubes republicanos e até um jornal semanal, “A Republica”, fundado em 1886. Vicente Machado e Generoso Marques dos Santos, antes seguidores de Jesuino Marcondes, do Partido Liberal, foram os primeiros líderes republicanos do Estado.

Nos primeiros anos da República, entre novembro/1889 a março/1891, sete governadores provisórios passaram pelo poder no Paraná, sendo quatro militares e três bacharéis.

Generoso Marques foi o primeiro governador constitucional do Paraná, eleito por via indireta. Era amigo do Marechal Deodoro, deixando o poder quando este renunciou à Presidência da República e assumiu o vice Floriano Peixoto.

O regime republicano não conduziu o Paraná, de imediato, ao protagonismo que os paranaenses almejavam, junto às forças centrais do poder. O Estado passou por vários períodos de turbulência, tais como a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado.

A Revolução Federalista ocorreu no período 1893/94 e foi considerada como a maior guerra sangrenta do Brasil, uma verdadeira insurreição civil que atingiu desde o Rio Grande do Sul até o Rio de Janeiro, passando pelo Paraná. O movimento iniciou-se no Rio Grande do Sul, na forma de conflito entre legalistas e federalistas. Os primeiros, apelidados de pica-paus e liderados por Júlio de Castilhos, contavam com o apoio do governo do Marechal Floriano Peixoto. Os federalistas, cujo apelido era “maragatos”, foram representados por Gaspar Silveira Martins, homem de confiança do Imperador Dom Pedro II. Silveira Martins, exilado pelo movimento de Deodoro, ao retornar ao Brasil, percebendo que a República era uma realidade criou, no Rio Grande do Sul, o partido Federalista em oposição a Júlio de Castilhos.

No Paraná, a revolução foi decidida a favor do governo de Floriano Peixoto. No cerco da Lapa, o General Gomes Carneiro resistiu durante vinte e oito dias, tempo suficiente para que o Marechal Floriano reunisse as suas defesas e impedisse a passagem das tropas de Gumercindo Saraiva, forte aliado de Silveira Martins,

A Guerra do Contestado, outra revolta dentro do Governo republicano, em 1912/16, era uma briga antiga entre Paraná e Santa Catarina, desde 1853, pelos limites

entre ambos, numa região rica em madeira e erva-mate. A guerra tomou dimensão de caráter religioso e só acabou com a interferência do General Setembrino de Carvalho, mandado pelo governo federal para por fim ao conflito. Só após quatro anos de guerra as terras foram demarcadas.

Mas os embates dentro da República, não pararam por aí. O Brasil, e conseqüentemente, o Paraná ainda enfrentariam o Movimento de 1930, o qual encerraria o ciclo da chamada República Velha. Sobre o assunto, Oliveira em “A Construção do Paraná Moderno” (2004 p.15 e 16), declara:

“O movimento político de 1930 no Paraná apresentou diferenças com as rupturas políticas anteriores provenientes do Rio Grande do Sul. Em 1838, na revolta Farroupilha, e em 1894, durante a Revolução Federalista, as forças revolucionárias meridionais pararam o território paranaense. A incapacidade de atravessar o Estado, fê-las perder o momento certo da operação militar, tornando impossível selar as alianças necessárias no centro do País, restando aos revoltosos o isolamento e a derrota.

Em 1930, a Revolução contou com grande apoio no Paraná. Forças militares federais sediadas no Estado deram significativo apoio ao movimento. A participação e o envolvimento de importantes grupos de apoio no Estado do Paraná, ao lado da grande movimentação política nacional, colaboraram na vitória do movimento revolucionário. Pela primeira vez na história política nacional, um regime político centrado no Rio de Janeiro foi derrotado pelas periferias rebeldes. O isolamento e a falta de sustentação popular pelo Presidente Washington Luís e as primeiras seqüelas da crise de 1929 aprofundaram a insatisfação geral. A cisão e as divergências entre diferentes frações da classe dominante e a crise do regime político da República Velha foram as causas da Revolução de 1930.”

Ao finalizarmos este capítulo queremos enfatizar que o movimento de 1930 representou uma espécie de divisor de águas nos destinos do Estado que, mais uma vez, unia-se aos interesses do governo brasileiro. A vinda de Getúlio Vargas ao Paraná, em 16 de outubro e o seu desembarque em Curitiba no dia 20 de outubro de 1930, consolidou as forças revolucionárias ali presentes. Conforme Oliveira (2004 p. 17-18):

“a partir de 23 de outubro, o quartel general da Revolução seria Ponta Grossa (...). Dessa forma, portanto, a participação militar do Paraná, ao contrário do que ocorrera nos movimentos político-militares anteriores, conferiu grande impulso à Revolução de 1930, contribuindo enormemente para a sua vitória”.

## 2. PODER E REDES DE PARENTESCO

Antes de trazermos à tona as questões da formação de uma elite política no Paraná, vale a pena tentarmos buscar uma explicação, ou refletirmos a partir de considerações de sociólogos que estudaram e discutiram as relações do Estado Capitalista com o Setor Privado. Com este objetivo, recorremos a Poulantzas (1986, p.119):

“Possuímos, a partir de agora, elementos suficientes para empreender o exame do Estado capitalista. O traço distintivo fundamental, a este respeito, parece consistir, com efeito, no fato de estar ausente a determinação de sujeitos (fixados, neste Estado, como “indivíduos”, “cidadãos”, “pessoas políticas”) enquanto agentes da produção, o que não acontecia com os outros tipos de Estados. Este Estado de classe apresenta de específico o fato da dominação política de classe estar constantemente ausente das instituições. Este Estado apresenta-se como um Estado-popular-de-classe. As suas instituições estão organizadas em torno dos princípios da liberdade e da igualdade dos “indivíduos” ou “pessoas políticas”. A legitimidade deste Estado está agora baseada, não na vontade divina implicada no princípio monárquico, mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo. O próprio “povo” é erigido em princípio de determinação do Estado, não enquanto composto por agentes da produção distribuídos em classes sociais, mas enquanto massa de indivíduos-cidadãos, cujo modo de participação em uma comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal, expressão da “vontade geral”. O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal baseada nos privilégios, reveste um caráter “normativo”, expresso em um conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da “lei”. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um “Estado de direito”. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade como substancializando a vontade desse “corpo político” que seria a “nação”.”

O nosso objeto aqui delimitado não é propriamente a genealogia das famílias paranaenses, mas o comparativo entre os Governos Lupion e Ney Braga. Estamos recorrendo a este artifício com o intuito de situar os ditos “vultos paranaenses” e as relações estabelecidas dentro do governo de cada um. Como nos fala Oliveira (2001, p.270):

“a classe dominante pode ser metaforicamente comparada com uma árvore frondosa. Em um primeiro olhar representada pelos seus ramos mais floridos e com frutas, que em sua conjuntura específica, representa rigorosamente e de fato, a elite social e política de indivíduos dominantes, em um sentido mais preciso, delimitado e rigoroso. Mas, nessa árvore existem outros ramos e galhos que estão continuamente produzindo, ou já produziram, os indivíduos das elites passadas e futuras. Ramos ou famílias que podem se revezar como os mais importantes dali a algumas décadas em outras conjunturas.”

Retomando um pouco a idéia do primeiro capítulo, percebemos que o Estado do Paraná, enfrentou problemas de várias naturezas, sejam de ordem política, econômica ou social. Muitas vezes, os seus patrícios precisaram se bater em lutas para firmarem as

suas fronteiras. As guerras, rebeliões, e embates políticos, revelaram que algumas dessas lideranças assumiam papéis diferenciados na História. Muitos paranaenses sonhavam com um Estado mais autônomo:

“Quando a Província do Paraná foi criada, em 1853, Jesuíno Marcondes então um jovem bacharel recém-formado, em carta dirigida a seu conterrâneo João da Silva Carrão, futuro Conselheiro de Império e, inclusive, o único paranaense que chegou a governar a Província de São Paulo, definiu com notável acuidade o que hoje poderíamos considerar a essência de um parônimo político. Qualquer que fosse o governo, escreveria ele, o importante era a existência de um centro local de administração. “Província pequena e ainda fraca”, acrescentava, “corria grande risco de ser avassalada, se seus filhos não estivessem prontos a levantar-se e a protestar contra toda a imposição vinda de fora. Sem isso o governo não encontraria resistência contra suas indébitas intervenções. Dependendo dele todos os cargos públicos, desde o de Presidente, seu primeiro delegado, até o de carcereiro, só restava à Província, como arca santa de suas liberdades, a urna eleitoral” para que, a seu ver, “não se convertam as províncias em meras colônias da Corte...” Mais adiante dizia com todas as letras: “Só os filhos da terra, que nela têm interesses, família, amigos, e lhes conhecem as capacidades produtivas e as necessidades reais, serão bons representantes dela”.<sup>1</sup>

As nossas pesquisas nos mostraram que o estado paranaense, apesar de contribuir com a riqueza da nação, em virtude de sua indústria ervateira e madeireira, não passou a exercer maior autonomia sobre os seus interesses, quando ascendeu à condição de Província. Os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul gozavam de maiores privilégios junto ao poder central e os assuntos do interesse do Paraná não recebiam um tratamento justo dos demais parlamentares. Tal situação está descrita em David Carneiro e Túlio Vargas (1994, p. 16 e 17):

“A bem da verdade histórica, São Paulo nunca se conformou com a perda de sua ex 5ª comarca (...). Enquanto esses projetos de interesse do Paraná dormiam, sempre adiados, nas gavetas dos governos no Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul realizavam intensas obras ferroviárias, para adensar sua malha em todas as direções e, notadamente, no sentido das fronteiras com nossos vizinhos hispano-americanos”

As situações descritas nos parágrafos acima denotam dois momentos importantes na História. No primeiro deles, quando o país vivia sob o jugo do Império, com os estados na condição de província e depois, no regime republicano. Vale ressaltar que, apesar da mudança no sistema de governo, a sociedade ainda não havia assimilado completamente o modelo burguês de Estado capitalista, que prevê relações hierárquicas com base em leis burocráticas e ênfase na meritocracia. Mas, o sistema adotado na

<sup>1</sup> CARNEIRO, David e VARGAS, Tulio. HISTÓRIA BIOGRÁFICA DA REPÚBLICA NO PARANÁ. Curitiba: Editora Banestado, 1994, p.5.

Republica Velha não era exatamente o modelo burguês descrito por Poulantzas (1986, pg.119), já citado por nós. As relações entre os atores políticos continuavam a se basear no prestígio e nos apadrinhamentos. No nosso entendimento, o jogo político desenrolava-se nos moldes do sistema feudal em contraposição ao sistema jurídico normativo que rege a sociedade capitalista. Mais tarde, em algumas regiões do Brasil, estabeleceu-se um fenômeno denominado “coronelismo” que não julgamos apropriado para essa situação aqui colocada, uma vez que tal fenômeno está diretamente relacionado ao sistema de sufrágio e melhor localizado na esfera municipal, conforme coloca Leal (1975, p.19).

Especificamente, no Estado do Paraná, podemos perceber que os privilégios, favores e apadrinhamentos encontraram um campo fértil nas conexões entre as famílias de políticos tradicionais, empresários de prestígio e demais membros da classe dominante.

O final do século XIX e início do século XX trouxeram uma nova dinâmica ao capitalismo mundial. O aumento da produção do aço, devido ao incremento da construção de novas máquinas, navios, fábricas e também a construção de estradas de ferro possibilitaram maior integração entre os países. O Brasil não ficou de fora de tais mudanças. A crise que se agravou na Europa a partir de 1880 foi responsável pelo movimento migratório que chegou ao Paraná por volta de 1890.

Por aqui desembarcaram europeus destinados ao trabalho braçal, tanto nas fábricas quanto na construção das estradas de ferro. Mas vieram também imigrantes que traziam algum capital e que se estabeleceram na condição de comerciantes, como foi o caso da família Lupion, de origem espanhola, que abriu um comércio na Lapa.

João Lupyon y Troya, morou inicialmente na cidade da Lapa, mas na ocasião do cerco àquela localidade teve o seu comércio destruído, mudando-se depois para Jaguariaíva. Ali trabalhou na construção de uma parte da ferrovia São Paulo-Santa Catarina. Após o término da construção da estrada, retornou à condição de comerciante com a instalação de uma padaria. A família mudou-se para Piraí do Sul e parte dos seus filhos, dentre eles Moysés Lupion, casaram-se com membros de tradicionais famílias da região dos Campos Gerais. Moysés casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, político em Tibagi. Os demais casamentos foram os seguintes: Francisca com Joaquim Pereira (chefe da Estação de Trens de Castro), Maria com Sócrates Quadros (tio do presidente Jânio Quadros). Elza com João Miguel

Queiroz, João Lupion Filho com Luzita Vargas (irmã de Rivadavia Borba Vargas e tia de Túlio Vargas, políticos em Pirai do Sul). Informações documentadas por Oliveira, (2004, p.49 e 50).

No que se refere ao ex-governador Ney Braga, o mesmo foi uma importante liderança política do Paraná na segunda metade do século XX. Nasceu na cidade da Lapa e o seu pai, Sr. Antonio Braga criou, juntamente com outros sócios uma construtora de obras, a Aranha S.A., visando participar da construção de obras públicas a convite do governador Manoel Ribas. Ney Braga fez carreira militar iniciando seus estudos nessa área na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, entre 1935 e 1937. Aos vinte e dois anos casou-se com Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-governador Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928). Iniciou a sua carreira política por intermédio do cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto, que era filho e genro de governadores do Estado.

### **3. OS GOVERNOS MOYSÉS LUPION E NEY BRAGA**

#### **3.1. GOVERNO LUPION: PRIMEIRO MANDATO (1947 – 1951) E SEGUNDO MANDATO (1956 – 1961)**

Moysés Lupion foi governador do Paraná em dois mandatos, sendo que o primeiro ocorreu no período 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1961. Filho de imigrantes espanhóis exerceu as funções de industrial, comerciante, contador e empresário.

Cabe aqui contextualizarmos as relações do político Lupion com a ascensão do setor madeireiro no Estado.

A bibliografia consultada (Oliveira, p.51,52 e 53), informa-nos a respeito da diversificação das atividades exercidas pelos irmãos Lupion.

Moysés e David residiram em São Paulo na década de 1920 e lá concluíram o curso de guarda-livros, o equivalente ao curso de contabilidade nos dias atuais. Devido à escassez de profissionais qualificados no mercado, ser contador naquele tempo implicava ter certos conhecimentos da área jurídica. Em São Paulo, além dos estudos, tanto Moysés quanto David, trabalharam na empresa A.E. Carvalho, firma do ramo de exportação de madeiras. Chegaram a exercer a profissão de caixeiros viajante.

A trajetória profissional de Lupion, e a sua experiência de vida, com certeza proporcionaram-lhe um capital administrativo que o mesmo levou para a carreira política. Devemos observar também que as suas relações pessoais muito contribuíram na formação do seu prestígio. Durante o século XIX era fato comum no Brasil o casamento de filhos de imigrantes considerados empreendedores com moças de famílias tradicionais, ou vice-versa. As famílias tradicionais daquela época eram formadas pelos grandes proprietários da terra, fazendeiros da indústria ervateira ou madeireira, no Estado do Paraná, ou famílias do ramo dos “barões do café”, em São Paulo. O que incentivava a maioria desses casamentos era a formação de alianças que visavam garantir a preservação do patrimônio familiar através da acumulação do capital. Nesse sentido, Moysés Lupion contraiu núpcias com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, chefe político de Tibagi.

O ex-governador contava também com grande ajuda do interventor Manoel Ribas, do qual se tornou amigo. Segundo Oliveira (2004, pg.91 e 92), numa entrevista

concedida por David Wille Lupion, este declarou que eram freqüentes os encontros entre o Interventor Ribas e Moysés e que tal situação ocorria desde 1942, em virtude de negócios em comum, uma vez que o Grupo Lupion possuía uma serraria em terras de propriedade de Manoel Ribas.

A capacidade de liderança de Lupion ficou bastante visível no momento pós-Estado Novo, ocasião na qual houve um movimento em torno do seu nome para concorrência ao Governo do Estado. As disputas internas dentro do PSD – Partido Social Democrático, com que mais se identificava, dificultaram a sua candidatura que só se tornou viável após interferência do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Logo após o próprio PSD resolveu apoiá-lo, formando então uma forte aliança em torno do seu nome que agregava além do PSD e PTB, a UDN – União Democrática Nacional e o PRP – Partido de Representação Popular. Naquela eleição o adversário de Lupion foi o professor Bento Munhoz da Rocha Netto que concorreu pelo Partido Republicano, apoiado por pequenos partidos. Moysés Lupion foi eleito com 91.059 votos contra 45.941 de Munhoz da Rocha.

No seu governo, implementou no Estado uma forte política de ocupação territorial que atraiu muitas correntes migratórias. Criou um plano viário, a Casa do Trabalhador, a Caixa de Habitação Popular e a Casa do Estudante Universitário. Instituiu técnicas de planejamento governamental, fundou a Bolsa de Valores e a Bolsa do Café, criou o Tribunal de Contas, lançou a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, contribuiu no sentido de federalizar a Universidade do Paraná e na criação do Colégio Militar de Curitiba. Doou área do Guabirota para a edificação da Universidade Católica. Em 1954, Lupion elegeu-se Senador e em 1962, foi eleito deputado federal, tendo o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, em razão da instituição do regime ditatorial de 1964.

Ressaltamos que o segundo mandato do seu governo foi muito tumultuado, sofrendo acusações de corrupção por parte de adversários políticos. Destacamos acusação feita por Othon Mader, fundador e líder da UDN no Paraná na década de 1950, anteriormente seu aliado, através da coligação PSD/UDN, na disputa pelo governo do Paraná em 1947. Sobre o assunto, transcrevemos aqui passagem contida no artigo de Evandir Codato, “Personalismo Político nos anos cinquenta”:

“Na denúncia fica em evidência o papel desempenhado por Othon Mader, fundador e líder da UDN-PR. Como principal partido de oposição ao PSD, a UDN desenvolveu

campanha de "oposição sistemática" contra o governo getulista e, por extensão, ao governo paranaense. Os dois partidos no Paraná – PSD e UDN – essencialmente conservadores, em 1946 se coligam para disputar as primeiras eleições livres ao governo do Estado. Em 1948 torna-se conhecimento comum o rompimento político, o que marca o início da disputa pelo poder, portanto, atrelada à campanha da oposição desencadeada nacionalmente. Othon Mader, formado em engenharia iniciou sua carreira de funcionário público como Delegado de Terras da Região Oeste (1920-24). Em 1926 torna-se agrimensor de terras, no Departamento de Terras e Colonização e se torna Delegado de Terras no Sudoeste. Exerceu ainda outras funções e cargos: prefeito municipal em Foz do Iguaçu (1932) e Ponta Grossa (1936); entre 1934-36 foi Secretário de Estado da Agricultura; fundador da Associação dos Funcionários Públicos, a dos Engenheiros e a das Seguradoras. Liga-se aparentemente, por essas funções aos interesses urbanos. Após fundar também a UDN no Paraná, foi com ela senador e deputado federal, além de ter disputado a eleição de governador do Estado em 1955. Quando foi delegado de terras desenvolveu importante tarefa de organização do órgão, no exato momento em que a terra tornou-se objeto de intensa especulação. Durante essa atividade desenvolveu algumas reflexões sobre a relação entre o ato de administrar e o ato de governar. Conhecedor da situação da propriedade da terra discursou no Senado *A rebelião agrária do sudoeste do Paraná em 1957* um texto com idéias e teses que fundamentaram sua postura de oposição e denúncia de corrupção ao governo Lupion., naquele período. Moisés Lupion, empresário do setor madeireiro, foi homem da confiança de Manoel Ribas para a indicação ao cargo de governador, na primeira campanha de voto livre, em 1946. Os matutinos curitibanos fazem interessante descrição de estratégias que levaram à sua indicação de candidato a governador. Seu estilo de governar tem as características dos líderes personalistas da época. Não lhe cabe, porém, a imagem de populista, termo dado por um segmento da imprensa curitibana da época, identificando-o como fenômeno popular, e por extensão, ao seu estilo de governar, o nome de lupionismo. Em 1961 afastou-se da política difamado e vilipendiado, como disse, em decorrência da campanha de denúncia de corrupção”.

Registramos que Lupion foi absolvido, em 1970, das acusações que lhes foram imputadas, passando a residir no Rio de Janeiro e ali veio a falecer em 29 de agosto de 1991.

### **3.2. GOVERNO NEY BRAGA: PRIMEIRO MANDATO (1961-1965) E SEGUNDO MANDATO (1979-1982)**

Ney Aminthas de Barros Braga nasceu na cidade da Lapa, Estado Paraná em 25 de julho de 1917, filho de Antonio Lacerda Braga e Semiramis Barros Braga. O ex-governador seguiu a carreira das armas e concluiu o curso superior na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro de lá saindo como Oficial da Arma da Artilharia, em 1937.

Ney Braga ingressou na carreira política por intermédio do seu cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto que o convidou para ocupar o cargo de Chefe de Polícia, quando Munhoz da Rocha era o Governador do Estado. Em 1954, Bento lançou a candidatura de Ney à Prefeitura de Curitiba e o mesmo consegue vencer as eleições.

Conforme Carneiro e Vargas, (1994, p.213), como Prefeito, o mesmo implementou reformas urbanas e modernizou a cidade de Curitiba. Racionalizou o sistema de transporte coletivo, levou energia elétrica aos bairros, instituiu a primeira Comissão de Cultura, isentou circos e teatros de impostos municipais, instalou bibliotecas nas periferias e incentivou programas de preservação das áreas verdes.

Ney Braga rompeu a aliança política com Bento Munhoz e lançou, em 1958, sua candidatura a Deputado Estadual pelo PDC – Partido Democrata Cristão. Saiu-se vencedor com 33% dos votos da capital. Pelo mesmo PDC candidatou-se, em 1960, pelo Governo do Estado, ocasião na qual teve seu nome associado pelo povo, à campanha presidencial de Jânio Quadros. Eleito governador, assume em 1961 e passa a ser considerado um novo fenômeno político na liderança do Estado. A construção dessa liderança começou a ser desenhada quando exerceu o cargo de Chefe de Polícia do Governo Munhoz da Rocha, época em que ficou muito conhecido pelo interior do Estado do Paraná, quando trabalhou para solucionar os graves problemas causados pelos conflitos da terra no Sudoeste e Oeste paranaense.

No Governo Ney Braga, conforme Carneiro e Vargas (1994, p.214), os principais empreendimentos foram fortalecimento da Copel, recuperação do Banestado, asfalto da Rodovia do Café e implantação de novas centrais geradoras de energia elétrica. Criou também a CODEPAR (mais tarde Banco de Desenvolvimento do Paraná), IPE, IAM, Café do Paraná, CELEPAR, FUNDEPAR. A Refinaria Getúlio Vargas em Araucária foi também obra do seu governo. Segundo os mesmos autores a economia paranaense cresceu 153% no período.

Ney Braga ficou conhecido como o “Construtor do Paraná Moderno”, pela criação e aplicação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, um projeto de industrialização com financiamento de recursos gerados pelo próprio Estado.

Em 1965, Ney Braga renunciou ao Governo do Paraná para exercer o cargo de Ministro da Agricultura junto ao Presidente Castello Branco. No Governo Federal, dirigiu esforços para a melhoria da produtividade da agricultura no país com a fixação da Política dos Preços Mínimos e a instalação da Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural. Ainda no ministério da agricultura, criou o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal. Em 1966 elegeu-se Senador pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ocasião em que ocupou a primeira secretaria e implantou os serviços de processamento de dados (PRODASEN).

Um fato importante a ser registrado, conforme Carneiro e Vargas, (1994, p.215) foi a recusa de Ney Braga a apoiar a edição do Ato Institucional nº 5 declarando a sua vocação liberal. Por essa atitude foi ameaçado de ter o mandato cassado e não participou do Governo Médici.

Em 1974, o presidente Geisel convidou Ney Braga para responder pela Pasta da Educação e Cultura. Como Ministro da Educação instituiu o Crédito Educativo, o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, o Conselho Nacional de Direitos Autorais, a Política Nacional de Educação Física e Desportos, o Programa Nacional de Pós-Graduação, o Concine e a Funarte.

Em 1978, por eleição indireta, voltou ao Governo do Paraná, assumindo o mandato de 1979 a 1982, direcionando sua administração para o desenvolvimento social, com vistas ao aumento da renda per capita do paranaense. Reativou o porto de Antonina, legalizou propriedades rurais e construiu 26 mil casas populares. No segundo governo, deu início ao Programa de Ação Municipal – PRAM, que permitia a participação da sociedade na decisão pelos investimentos nas obras públicas de infra – estrutura urbana, junto aos órgãos municipais. Também foram iniciativas desse mandato o Pro – Rural, Projeto de Apoio Integrado ao Produtor Rural, a criação da Secretaria da Cultura e do Esporte, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e o Provopar – Programa do Voluntariado Paranaense. Deu destaque aos programas de vacinação contra a poliomielite, aos programas de saúde materno – infantil, como o aleitamento materno e planejamento familiar, e a prevenção do câncer ginecológico, sob a coordenação da Dra. Zilda Arns. Lançou campanha pelo ICMS e o programa de eletrificação rural.

Ney tentou eleger-se senador em 1982, mas não conseguiu. Atribui-se a sua derrota à conjuntura da campanha pelas “Diretas Já”, uma vez que a sua imagem, associada com as forças militares, foi-lhe desfavorável naquele momento.

Com a eleição indireta de Tancredo Neves, no colégio eleitoral, este convidou o ex-governador para presidir a Itaipu Bi-nacional. O presidente Sarney manteve a proposta de Tancredo, logo após a morte deste e Ney Braga, depois de cumprir a sua estadia na Itaipu, afastou-se da vida partidária.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A maior parte das informações sobre o ex-governador Ney Braga foram retiradas do livro História Biográfica da República no Paraná de David Carneiro e Túlio Vargas.

A nossa pesquisa não localizou denúncias de corrupção no governo Ney Braga. Ele conseguiu eleger o seu sucessor e “herdeiro” político, o ex-Prefeito de Londrina, José Richa, pai do atual governador Beto Richa.

#### 4. LUPION, NEY BRAGA E A MÁQUINA ESTATAL

A partir deste momento vamos analisar como os ex-governadores Lupion e Ney Braga, utilizaram o Estado no exercício das suas funções.

No que diz respeito ao governo Moysés Lupion, recorremos a Oliveira (2004) quando o mesmo investiga através da obra “A Construção do Paraná Moderno”, a expansão do grupo empresarial Lupion e as conexões de tal crescimento com possíveis favorecimentos, dado que integrantes do referido grupo exerciam papéis relevantes na política partidária e em cargos públicos, no Estado do Paraná, no período de 1940 a 1950.

O autor deixa claro que naquele interstício estudado, existia uma postura hegemônica, das elites locais, de que o Estado precisava avançar na direção do desenvolvimento capitalista. Ocorre que a direção dos interesses desse Estado, conforme demonstra Oliveira (2004, p.36) coincidentemente conectava – se com os interesses de um setor, também em expansão, que era o setor madeireiro.

Mas a pesquisa em questão demonstra que o grupo estudado por Oliveira (2004), não atuava apenas no setor da madeira, os mesmos conseguiram formar um império econômico diversificado que abrangia desde o industrial madeireiro, passando por fábrica de papel e celulose, estações de rádio, jornais, etc.

O objetivo deste trabalho não comporta relacionarmos todas as empresas, seus componentes e os cargos que os mesmos ocupam, uma vez que precisaríamos de um espaço bem maior. Somente para ilustrar, citamos alguns retirados da obra “A Construção do Paraná Moderno”, (Oliveira, 2004):

Grupo Lupion e postos chaves no Estado: **Raul Vaz** trabalhou no IAPC, e no Governo Manoel Ribas. No Governo Lupion ocupou os cargos de Diretor Geral do Departamento de Municipalidade (ambos por indicação), Juiz do Tribunal de Contas do Estado, também por indicação de Lupion. Vaz adquiriu empresas das quais o grupo fazia parte, tais como Jornal O Dia, terras no oeste do Estado, que posteriormente foram incorporadas pelo grupo Lupion. Numa fazenda em Castro, pertencente a Manoel Ribas, o grupo possuía uma serraria em 1942. Outro nome importante é o de Oton Mader, que ocupou o cargo estratégico de Presidente do Banco Barmerindus em 1951, junto com João Lupion Filho, na Vice-Presidência.

O Grupo Lupion envolveu-se em muitos conflitos de terra no oeste do Estado, mas a grilagem de terras devolutas foi uma constante no Brasil e, principalmente no

Paraná naquele período (1940-1950). Um conflito que merece destaque é o confisco pelo Governo Federal da fábrica de papel IBRAPEL, após o grupo sofrer denúncias de irregularidades que vieram a público com a aquisição da mesma e da Fazenda Morungava.

Quanto às acusações de corrupção em atos do Governo, Oliveira (2004, p.68), faz o seguinte comentário:

“Tal era o nível de corrupção do governo Lupion que a negação do fato não era objeto de defesa por parte de seus colaboradores e amigos. A obra de Raul Vaz, embora se inicie apontando Moysés Lupion como um dos dois maiores homens que já conhecera, não se preocupa em negar o alto grau de corrupção dentro do seu governo, do qual Vaz, aliás, participou como membro do primeiro escalão.”

Com referência à utilização do Estado para benefício próprio ou de outrem, e denúncias de corrupção durante os mandatos de Ney Braga no Paraná, a nossa pesquisa não localizou material no qual tal situação está explicitada. Não podemos, porém, deixar de situá-lo como fruto de uma sociedade tradicionalista, ligado ao segmento militar e formador de um novo e importante grupo político. Ney Braga faz parte do modelo político modernizador conservador, com raízes nas famílias tradicionais, como bem demonstram as suas relações de parentesco, já que o mesmo ingressou na carreira política através do seu cunhado Bento Munhoz da Rocha Neto, filho e genro de ex-governadores do Paraná.

O modelo progressista da administração Ney Braga foi seguido pelos governadores que lhe sucederam, a exemplo de José Richa, Jaime Lerner e o atual governador do Estado, Carlos Alberto Richa.

## CONCLUSÃO

“O Bloco no Poder – O Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude da sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do “bloco no poder”: o conceito de hegemonia poderá ser útil aqui a fim de estudar o funcionamento das práticas políticas das classes ou frações dominantes no bloco no poder, e a fim de situar as relações entre o Estado e este bloco. Constata-se, efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos este Estado responde”<sup>3</sup>

Ao confrontarmos as administrações de dois governadores paranaenses que passaram pelo poder em dois contextos políticos diferentes, percebemos que apesar do estilo próprio de cada um manter-se no governo, usando ou não a máquina administrativa a seu favor, temos que reconhecer que os mesmos decidiram e escreveram a história do Paraná para além das suas fronteiras. Isto é inegável.

Mas a história de um povo precisa ser conhecida para depois ser analisada. Foi o que tentamos fazer até aqui. A nossa análise, porém, ainda deixa muitas perguntas a serem respondidas.

Ao tentarmos relacionar os fatos aqui examinados com alguma corrente do pensamento político, ousamos buscar uma explicação neo-marxista através de Nicos Poulantzas e talvez, por esta razão, as indagações ainda nos perseguem.

Cada vez que nos deparamos com o mundo empírico da política, a nossa impressão é que tende a repetir-se a velha dialética da luta de classes. Mas se a dialética nunca se resolve, e não podemos ter esta pretensão, acreditamos que o nosso trabalho serve para demonstrar que, se vivemos num Estado democrático, capitalista e meritocrático, é nesta arena que precisamos decidir o jogo político e social. O amadurecimento da democracia, ao que tudo indica, ocorre à medida que os investimentos em políticas sociais começam a dar frutos, possibilitando que as instituições cumpram o seu verdadeiro papel.

As velhas histórias de corrupção, favorecimento, patronagens, etc. são parte da democracia de uma sociedade pluralista. Se elas vão se repetir ou não, com maior ou menor intensidade, acreditamos que nenhum cientista político consegue responder.

---

<sup>3</sup> POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo. Martins Fontes, 1986, p.224.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Casa Civil do Estado do Paraná. **Informes** disponíveis em <http://www.casacivil.pr.gov.br/casacivil/modules/conteudo/conteudo.php>. Acesso em 23.09.2011

CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio. **História Biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado.1994.

CODATO, Evandir. Personalismo Político nos Anos Cinquenta. **Revista História Regional** v.7 n.1. Universidade Estadual de Ponta Gossa.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 2ª Ed. Alfa-Omega. São Paulo, 1975.

NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar: Deputados Provinciais e Estaduais do Paraná**. Curitiba, 1954.

\_\_\_\_\_. **Vultos Paranaenses**. 3º Volume. 1958

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba. Moinho do Verbo 2001.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Paraná Moderno: Políticas e políticos no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba. SETI, 2004.

\_\_\_\_\_. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007**. SCIELO.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**, 2ª Ed. São Paulo. Martins Fontes, 1986.